

Superior Tribunal de Justiça

RE na EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 18.782 - DF (2017/0247084-2)

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : JOAQUIM DEOCLECIO KITIZO
ADVOGADO : EVANDRO RUI DA SILVA COELHO - SP124703
RECORRIDO : UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto por Joaquim Deoclecio Kitizo contra acórdão proferido pela Primeira Seção desta Corte assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. IMPUGNAÇÃO. DISCUSSÃO SOBRE A INCLUSÃO DE CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. CONSECUTÓRIOS EXPRESSAMENTE AFASTADOS NO TÍTULO EXECUTIVO.

1. Nas hipóteses de impetração de mandado de segurança no âmbito deste Tribunal, nos casos de anistia política, só é possível a inclusão de juros de mora e correção monetária na fase executiva quando houver decisão expressa nesse sentido. A *contrario sensu*, havendo afastamento expresso ou permanecendo omissos o título exequendo, não é possível a inclusão, ressalvada a possibilidade de ajuizamento de ação autônoma (perante o juízo de primeiro grau) para fins de definição e cobrança de tais consectários.

2. Não se desconhece que o Supremo Tribunal Federal, ao apreciar os Embargos de Declaração no RE 553.710/DF, em 1º de agosto de 2018, estabeleceu que "*os valores retroativos previstos nas portarias de anistia deverão ser acrescidos de juros moratórios e de correção monetária*". Contudo, essa decisão refere-se a feito julgado na fase de conhecimento (recurso ordinário interposto em face de acórdão deste Tribunal proferido em sede de mandado de segurança), cujos efeitos não podem ser ampliados aos feitos que já se encontram na fase executiva, sob pena de manifesta afronta à coisa julgada.

3. Impugnação ao cumprimento de sentença parcialmente procedente.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Alega que o Supremo Tribunal Federal, "ao apreciar os Embargos de Declaração no RE n. 553.710 - DF, em 1º de agosto de 2018, estabeleceu que "os valores retroativos previstos nas portarias de anistia deverão ser acrescidos de juros moratórios e de correção monetária" - Repercussão Geral. Mesmo assim, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça nega provimento ao recurso, mantendo o v. acórdão que deu parcial provimento à impugnação a execução" (fl. 501).

Sustenta que "o direito aqui tratado é o de cumprimento integral de obrigação de fazer contida em portaria do Ministro da Justiça. E, em assim sendo, a decisão do STF é no sentido de que a aplicação de juros e correção monetária, que constitui-se como consectários legais da condenação" (fl. 510).

Contrarrazões às fls. 580/589.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

Extrai-se dos autos que o acórdão recorrido concluiu que a decisão do Supremo Tribunal Federal, quanto à inclusão de juros moratórios e de correção monetária nos pagamentos de valores retroativos previstos nas portarias de anistia, se refere "a feito julgado na fase conhecimento, cujos efeitos não podem ser ampliados aos feitos que já se encontram na fase executiva, sob pena de manifesta afronta à coisa julgada".

Todavia, o Supremo Tribunal Federal, em casos similares, que versam sobre anistia (TEMA 394), tem determinado o retorno dos autos à origem a fim de que se aguarde o julgamento dos embargos de declaração opostos contra o acórdão proferido no recurso extraordinário em repercussão geral relativo ao assunto – RE n.º 553.710/DF. Da página eletrônica do Excelso Pretório se verifica que foram julgados os aclaratórios e publicado o acórdão em 24/08/2018. Não obstante, houve manejo de novo recurso integrativo.

Nesse cenário, é de bom alvitre que se aguarde o trânsito em julgado do RE n.º 553.710/DF.

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil, **determino o sobrestamento deste recurso extraordinário até a publicação da decisão de mérito a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal a respeito do Tema 394/STF.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

Vice-Presidente